



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Anexo II - 2º Andar, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7402 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.017142/2020-63

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para elaboração de planilhas de preços de peças, equipamentos, ferramentas e acessórios; de planilhas de preços de mãos de obra fixas, mensais; e dos cadernos das especificações técnicas correspondentes, referente aos serviços de:

1.1. Manutenções preventiva e corretiva e assistência técnica, com mão de obra fixa, mensal, especializada, sem dedicação exclusiva, para 18 (dezoito) elevadores, sendo: 09 (nove) unidades no Edifício-Sede, incluindo 01 (uma) unidade do tipo PNE, modelo hidráulico; 06 (seis) unidades nos Edifícios-Anexo I e II, e 03 (três) unidades no edifício do Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos;

1.2. Todos os documentos deverão ser assinados por profissional competente e registrados no respectivo órgão de classe (CREA ou CAU);

1.3. O objeto da contratação tem natureza de serviço não comum de engenharia;

1.4. Os tipos, sistemas, quantitativos e respectivos códigos dos itens assim como o cronograma de execução, estão discriminados na Planilha de Preços (Anexo II, Excel, abas), deste Projeto Básico;

**1.5. O contrato terá prazo de execução de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela fiscalização, e prazo de vigência de 120 (cento e vinte) dias, não sendo prorrogável, na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações;**

**1.6. Trata-se de Dispensa de Licitação com regime de execução do contrato do tipo empreitada por preço global.**

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. Dos sistemas de elevadores:

2.1.1. O transporte vertical de usuários do Ministério da Educação, inclusive o de portadores de necessidades especiais, atualmente é composto de 18 (dezoito) elevadores, conforme descrito no subitem (1.1) do Objeto;

2.1.2. Com o intenso e diário uso dos elevadores, tornam-se imprescindíveis as manutenções preventiva e corretiva desses elevadores, o que implica na necessidade de disponibilização de peças, ferramentas, equipamentos e acessórios básicos, originais, e do uso de mão de obra especializada, fixa, mensal, sem dedicação exclusiva, visando a realização de um trabalho seguro, confiável e que atenda prontamente às necessidades oriundas do ritmo e da intensidade de uso a que os elevadores são submetidos;

2.1.3. Essas manutenções são de extrema necessidade para permitir a continuidade da operação dos equipamentos, manter a segurança dos usuários e permitir boa acessibilidade nos prédios e o bom funcionamento das atividades desenvolvidas nesses edifícios. Atualmente essas manutenções estão sendo prestadas pela mesma empresa contratada para o serviço de modernização dos elevadores, que, portanto, ocorrerá apenas durante o período de execução do contrato, com prazo para encerramento em 06 de outubro de 2020, e vigência até 31 de dezembro de 2020;

2.1.4. Entretanto, o Ministério da Educação não dispõe de peças, ferramentas, equipamentos e acessórios, e nem de mão de obra qualificada, que forneçam as condições técnicas necessárias para executar esses serviços de manutenções, mediante na forma de execução direta, tão pouco dispõe no seu quadro técnico de profissionais com formação e capacitação adequadas, que possam elaborar os documentos técnicos citados no objeto.

2.2. Os documentos técnicos de que trata o item 1 Objeto da contratação, serão utilizados como referência técnica de preços, de quantidades, de especificações técnicas e de efetivo de pessoal para a contratação futura da empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção de que trata o subitem 1.1.

2.3. Conforme os fatos expostos, fica evidenciada e justificada a necessidade da contratação de empresa de engenharia ou arquitetura especializada, que possua no seu quadro técnico profissional ou profissionais com formação e capacitação técnicas necessárias para a elaboração dos documentos citados no objeto.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A **Dispensa de Licitação** está legalmente amparada no art. 24, Inciso I, c/c o art. 23, Inciso I, alínea "a", todos da Lei n.º 8.666/93.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Em se tratando de órgão público, considera-se que a forma mais adequada para viabilizar a contratação de que trata este Projeto Básico, e que esteja alinhada e fundamentada pela Instrução Normativa 05/2017, pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n.º 8.666/93, decretos e acórdãos relacionados, de modo a possibilitar que seja contratada empresa do ramo adequado e cujas atividades sejam compatíveis com os serviços apresentados no objeto deste Projeto Básico, de forma a garantir o cumprimento total do contrato, a execução de todos os serviços e a segurança dos usuários dos edifícios, **seja por Dispensa de Licitação, na forma de execução indireta e no regime de empreitada por preço global.**

4.2. A solução buscada é a elaboração dos documentos técnicos descritos no item 1 Objeto da contratação, cujo objetivo é dar subsídios para a contratação dos serviços posteriores de manutenções preventiva e corretiva, nos moldes do que descrevem o próprio item 1 Objeto da contratação e o item 2 Justificativa e objetivo da contratação, deste Projeto Básico.

4.3. O resultado esperado com a contratação é a elaboração e entrega pela contratada de cada item dos documentos técnicos referidos no objeto da contratação: planilhas de preços de peças, ferramentas e acessórios; planilhas de preços de mão de obras fixas, mensais, sem dedicação exclusiva (subitem 1.1), assim como, dos cadernos de especificações técnicas correspondentes, que serão utilizados como referências técnicas de preços, de quantidades, de especificações técnicas e de efetivo de pessoal para a contratação futura de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção de que trata o subitem 1.1.

4.4. A terceirização pode ser compreendida como uma técnica de gestão administrativa em que as atividades não essenciais de uma organização são transferidas para uma empresa especializada na prestação do serviço. Na Administração Pública a terceirização ocorre, dentre outros motivos, para impedir o crescimento desmensurado da máquina administrativa, bem como, em razão da busca pela eficiência e especialização de suas atividades finalísticas <sup>(1)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> IN nº 5, de 2017. Instrução Normativa de Serviços, 1.2 – o que é a terceirização na Administração Pública?

Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/in-servico-faq#P1.2>

Acesso em: 08 mai. 2019,15:14.

### 5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. **Trata-se de serviços não comuns de engenharia a serem contratados mediante Dispensa de Licitação**, não havendo, portanto, necessidade de prorrogação contratual para além da vigência prevista, havendo, entretanto, possibilidade de prorrogação apenas do prazo para a conclusão do objeto, desde que fundamentadamente justificada, observadas as hipóteses previstas no § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993 e no inciso 2.1 Declaração do objeto, alínea a.3 do Anexo V da IN nº 05/2017.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta com a Administração.

5.4. A caracterização do objeto como **serviços não comuns de engenharia**, item 5.1, acima, tem fulcro na resolução CONFEA n.º 218, de 29 de junho de 1973, conforme o seguinte:

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), por meio da Resolução n.º 218, de 29 de junho de 1973, CONSIDERANDO que o Art. 7º da Lei n.º 5.194/66 refere-se às atividades profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, em termos genéricos;

CONSIDERANDO a necessidade de discriminar atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, para fins da fiscalização de seu exercício profissional, e atendendo ao disposto na alínea "b" do artigo 6º e parágrafo único do artigo 84 da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

ATIVIDADE 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

ATIVIDADE 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

ATIVIDADE 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

ATIVIDADE 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

ATIVIDADE 05 - Direção de obra e serviço técnico;

ATIVIDADE 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

ATIVIDADE 07 - Desempenho de cargo e função técnica;  
ATIVIDADE 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;  
ATIVIDADE 09 - Elaboração de orçamento;  
ATIVIDADE 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;  
ATIVIDADE 11 - execução de obra e serviço técnico;  
ATIVIDADE 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;  
ATIVIDADE 13 - Produção técnica e especializada;  
ATIVIDADE 14 - Condução de trabalho técnico;  
ATIVIDADE 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;  
ATIVIDADE 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;  
ATIVIDADE 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;  
ATIVIDADE 18 - Execução de desenho técnico.

Art. 12:

"Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1.º desta resolução, referentes a processos mecânicos em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos."

Art. 25:

"Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em cursos de pós-graduação, na mesma modalidade."

5.5. O objeto desta contratação trata de serviços compostos por equipamentos e sistemas que realmente requerem conhecimentos específicos quanto às características, especificações e composições técnicas tanto individuais como de forma sistêmica de cada equipamento; dos sistemas de montagens e desmontagens; da necessidade e forma de uso, bem como, do tempo em que se fazem necessárias as manutenções seja corretiva ou preditiva, considerando que a manutenção corretiva ocorre mais em função de fatores externos e diversos. Portanto, o profissional precisa, de fato, ter "conhecimento específico" que o habilite e o permita definir tipo de peças, prever tempo de obsolescência ou para a ocorrência de defeitos na mesma ou no sistema; definir quantidades necessárias ao longo de um determinado tempo etc. Assim sendo, entende-se não restar dúvidas de que tais exigências não seriam necessárias caso tratasse-se de serviços comuns.

5.6. O item (1.1) do objeto da contratação mostra um resumo dos tipos de equipamentos que compõem o sistema, mostra a natureza de cada sistema/equipamento e as especificidades de cada um, entendendo-se estarem demonstradas as características especiais de cada um.

5.7. Pelo exposto, os artigos 12 e 25 da Resolução 218/CONFEA, citados, dão amparo legal à caracterização dos serviços como serviços não comuns de engenharia (item 5.1).

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços enquadram-se nos Catálogos de Serviços (Catser) do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), nos seguintes códigos: código 809 – Consultoria/Assessoria – Engenharia; código 13781 – Consultoria Técnica – Documentação.

6.2. A natureza e tipo dos serviços a serem contratados permitem uma abrangência satisfatória de empresas com as qualificações técnicas necessárias e que possam garantir a ocorrência do certame licitatório.

6.3. Trata-se da prestação de serviços de natureza técnica, que atendem a diretrizes e critérios normatizados e guiados por normas técnicas específicas.

6.4. A execução dos serviços referentes ao objeto da contratação deverá seguir às recomendações das normas técnicas específicas vigentes, às recomendações dos fabricantes e às informações coletadas "in loco" e, ainda, levar em consideração as particularidades dos vários locais onde serão eles prestados.

**6.5. O prazo para execução do objeto é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, a qual será emitida pela fiscalização em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.**

**6.6. O prazo de vigência contratual é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato.**

6.7. As quantidades e os preços dos serviços constam da planilha de preços (quantidades e preços), conforme **Anexo II (planilha Excel, abas)**.

6.8. Qualificação técnica: a Contratada deverá comprovar que possui as condições técnicas operacional e profissional exigidas no item 20 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, abaixo.

**6.9. A Contratada eligida na Dispensa de Licitação, poderá emitir Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.**

6.10. Os locais de prestação dos serviços estão descritos no item 01 – Objeto.

6.11. As obrigações da Contratante e da Contratada estão previstas neste Projeto Básico, em tópico específico.

## 7. VISTORIA

7.1. A participação da empresa na presente Dispensa de Licitação, também pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições exigidas para a execução do objeto, constantes do Projeto Básico e dos demais documentos técnicos que o integram.

**7.2. A Contratada eligida na Dispensa de Licitação, poderá emitir Declaração nos moldes do item (6.9), acima.**

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A Contratada deverá apresentar Cronograma Físico-Financeiro adequado e a respectiva Rede PERT-CPM, inclusive seu caminho crítico, tomando como referência o Cronograma Físico-Financeiro sugerido na Planilha de Preços (**Anexo II, Excel, abas**), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço (OS) emitida pela fiscalização do contrato, que ocorrerá em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato.

8.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços (elaboração dos documentos técnicos) em até 07 (sete) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviços emitida pela fiscalização do contrato.

8.3. A Contratada obriga-se a elaborar os documentos a que se refere o objeto da contratação obedecendo, integral e rigorosamente, às normas técnicas gerais e específicas da ABNT e outras normas complementares pertinentes.

8.4. Para o cumprimento do prazo estabelecido para execução do objeto, a Contratada deverá executar os serviços em fiel acordo ao Cronograma Físico-Financeiro, adequado e fornecido pela própria Contratada, conforme se refere o item 8.1.

8.5. De acordo com o art. 69 da Lei 8.666/93, a Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços/ documentos objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da concepção ou do emprego de normas inadequadas.

8.6. Baseada no art. 76 da Lei 8.666/93, a Contratante rejeitará, no todo ou em parte, a entrega de quaisquer itens do objeto contratado em desacordo com o contrato ou com este Projeto Básico.

8.7. Os serviços/documentos rejeitados deverão ser corrigidos ou readequados pela Contratada, de forma a atender às normas técnicas específicas e aos parâmetros definidos neste Projeto Básico, sendo que, todos os custos provenientes do resserviço correrão às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, no que se aplicar.

**8.8. O recebimento dos serviços/documentos técnicos estará condicionado à apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada junto ao órgão de classe (CREA ou CAU), o que se aplicar.**

8.9. O modelo de Ordem de Serviço que será utilizado para a autorização da execução do objeto, está disponível no **Anexo IX**, deste Projeto Básico.

8.10. Em razão da natureza e características dos documentos técnicos que compõem o objeto da contratação, e com base no art. 72 da Lei nº 8.666/1993, não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto.

8.11. Pela mesma razão a que se refere o item anterior, também não será permitida a participação de empresas em consórcio.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, em atendimento às normas técnicas gerais e específicas vigentes, da aplicação dos materiais, das técnicas e dos equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, o que poderá ser exercido por representantes da Contratante especialmente designados, na forma dos artigos n.ºs 67 e 73, da Lei n.º 8.666/1993.

9.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

9.4. Dos atores que participarão da gestão de contrato:

9.4.1. Fiscal (ais) técnico (s);

9.4.2. Gestor (es) de contrato;

9.5. Os atores mencionados poderão ser alterados a critério da Contratante ou por impossibilidade desses na permanência da função, por meio de portaria de nomeação específica.

9.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços e o atendimento às normas técnicas, devendo intervir para requerer à Contratada a correção dos erros, falhas, irregularidades ou

desconformidades constatadas.

9.7. As planilhas a serem confeccionadas, deverão estar em conformidade com as peças, técnicas e ferramentas a serem utilizados na execução dos serviços, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, e deverão, ainda, disponibilizar informações, como quantidades, especificações técnicas, normas técnicas de execução e de procedimentos, marcas, qualidade e forma de uso etc.

9.8. A comunicação entre Contratante e Contratada será realizada por meio eletrônico, via e-mail, telefone, WhatsApp, correspondência impressa, e ainda, presencial, caso necessário.

**9.9. O pagamento será realizado em parcela única, após o recebimento, análise e aprovação pelo fiscal do contrato de todos os itens que compõem o objeto da contratação.**

9.9.1. Os itens a que se refere o caput são aquelas constantes da Planilha de Preços (**Anexo II**).

9.9.2. A forma de aferição/medição dos serviços será baseada no prazo de atendimento da demanda, por meio de Ordem de Serviço (OS), e pelo resultado da análise técnica pelo fiscal do contrato, dos documentos que compõem o objeto da contratação, para o que será adotado o modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante do Anexo V-B, da IN n.º 05/2017.

9.10. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências constatadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei n.º 8.666/1993.

9.11. A fiscalização técnica da execução registrar quaisquer ocorrências, tomando as devidas medidas para a solução ou penalização referente às mesmas;

9.12. A fiscalização técnica da execução acompanhará e fiscalizará o cumprimento das cláusulas previstas em lei e normas, neste Projeto Básico e demais documentos complementares que abranjam o objeto contratado.

9.13. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou por único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro, na forma do subitem "9.9", deste Projeto Básico.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado, no que se aplicar; e

10.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.8. Analisar os documentos técnicos recebidos, objetos da contratação, nos moldes do subitem (9.9.2), deste Projeto Básico, para autorização da emissão da fatura e Nota Fiscal, e posterior pagamento.

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas, laudos técnicos, resultados e relatórios de ensaios e testes tecnológicos etc., no que couber.

10.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto, quando for o caso:

10.11.1. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

10.11.2. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

10.11.3. Outros documentos inerentes ao objeto da contratação.

10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico.

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras/documentos executados/elaborados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.4. Realizar os serviços contratados em conformidade com as normas técnicas e determinações em vigor.

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

11.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou pela sua fiscalização—a respeito dos documentos técnicos, objetos da contratação.

11.8. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

11.9. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, no que se aplicar.

11.10. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou do caderno de especificações técnicas.

11.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei.

11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

11.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.18. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.18.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações, quando aplicável;

11.18.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.19. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

11.20. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

11.21. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n.ºs 6.496/77 e 12.378/2010).

11.22. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, no que couber.

11.23. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos.

11.24. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

11.25. Em se tratando do regime empreitada com adjudicação por item a participação na Dispensa de Licitação, assim como, a assinatura do contrato, implica na concordância da participante ou contratada com a adequação de todos os projetos e/ou documentos anexos ao Projeto Básico, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.26. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## 12. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto desta Dispensa de Licitação

## 13. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. Não será admitido o consórcio do objeto desta Dispensa de Licitação.

13.2. Não será permitida alteração contratual em virtude da sua curta vigência - de 30 dias.

## 14. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, das peças, ferramentas, acessórios e técnicas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.4. A fiscalização do contrato ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade das peças/técnica/ferramenta/acessórios/documentos a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada, juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, normas técnicas etc.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V-B, disponível no Anexo da IN n.º 05/2017 ou outro instrumento substituto, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.14. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como, quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16.1. No que tange aos documentos técnicos objetos da contratação, estes, após elaborados pela Contratada, deverão ser encaminhados à fiscalização do contrato para análise e avaliação de conteúdo;

14.16.2. A fiscalização, caso encontre inconsistências técnicas nos documentos técnicos apresentados constantes do objeto da contratação, encaminhará documento solicitando da Contratada os devidos esclarecimentos e justificativas técnicas a respeito das mesmas.

14.17. A conformidade das peças, ferramentas e acessórios a serem utilizados na execução dos serviços (elaboração dos documentos), deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993, naquilo que se aplicar.

14.20. São funções do fiscal técnico:

- a) representar o Ministério da Educação no local da execução dos serviços;
- b) conhecer a descrição dos serviços a serem executados (tipos de serviços, prazos, locais, materiais a ser empregados etc.);



- c) realizar o acompanhamento e a fiscalização de acordo com as normas vigentes;
- d) acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida sua qualidade, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar as atividades;
- e) solicitar, quando for o caso, o refazimento ou substituição dos serviços por inadequação ou vícios apresentados;
- f) acompanhar a execução dos serviços verificando o cumprimento do controle de qualidade e do cronograma físico;
- g) acompanhar a execução dos serviços, verificando se estão em conformidade com as especificações técnicas do Projeto Básico;
- h) realizar juntamente com a Contratada as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- i) responder às solicitações técnicas demandadas pela Contratada;
- j) realizar vistorias nos trabalhos de campo verificando o cumprimento das orientações técnicas e das indicações de segurança;
- k) emitir relatórios, laudos e pareceres técnicos sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;
- l) anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao gestor aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das falhas ou defeitos observados;
- m) formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
- n) manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, exigir que se apresentem uniformizados e com crachá de identificação e tenham bom comportamento;
- o) avaliar constantemente a eficácia da execução contratual;
- p) acompanhar os descartes adequados dos produtos ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n.º 12.305/2010;
- q) determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da Contratada, no todo ou em parte, quando forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços contratados ou de materiais empregados;
- r) emitir Termo de Recebimento Provisório de obras e serviços.

## 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.1.1. Ao final da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

15.1.2. O contrato será considerado efetivamente concluído quando todos os serviços contratados, de acordo com a Planilha de Preços e o Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição/medição única, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

15.1.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados ou documentos elaborados (planilha de preços, caderno de especificações técnicas etc.), assim como, a existência da ART, por meio de do fiscal técnico do contrato ou da equipe de fiscalização, acompanhados ou não dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

15.1.5. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o fiscal técnico do contrato ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

15.1.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto/documento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou não utilização de normas e especificações técnicas adequadas, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no relatório circunstanciado;

15.1.7. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.1.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento definitivo com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

15.1.7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir da entrega do relatório circunstanciado pelo fiscal técnico, ou na hipótese do subitem anterior, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

15.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

16.6.4. A glosa será efetuada com base nos parâmetros de mensuração do percentual do pagamento devido, definidos, objetivamente, no IMR ou instrumento equivalente, em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço ou de outras irregularidades que lhe deram causa.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = ( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--

## 17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e demais cominações legais o Fornecedor que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do do objeto;
- Deixar de entregar a documentação exigida no Projeto Básico;
- Não mantiver a proposta e não retirar a nota de empenho;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal; ou
- Incurrir em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

17.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o Fornecedor deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.

17.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

17.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

17.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa de:
  - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
  - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do MEC, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
  - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
  - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
  - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

17.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.8. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

17.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**18.1. Habilitação Técnica:** Para a habilitação e comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, a contratada deverá apresentar os documentos especificados a seguir:

### 18.1.1. Referentes à Qualificação Técnico-Profissional

18.1.1.1. Documentos que comprovem no ato da assinatura do contrato, que a mesma possui em seu quadro permanente profissionais de nível superior Engenheiro (a) Civil e/ou Arquiteto (a), ou outro devidamente reconhecido pelas entidades de classes

competentes – CREA/CAU, detentores de atestados de responsabilidades técnicas por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da contratação, conforme art. 30, § 1º, inciso I da Lei n.º 8.666/93;

18.1.1.2. A comprovação do vínculo do profissional com a contratada deverá ser feita por meio da apresentação da cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) ou da ficha de registro de empregado, que comprove que o mesmo pertence ao quadro permanente da contratada, ou por meio de contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou de declaração de contratação futura do profissional, com anuência deste, ou, ainda, por meio de contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

18.1.1.3. Conforme art. 30, § 10, da Lei n.º 8.666/93, o profissional indicado pela contratada, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o item 18.1.1.1, deverá participar da execução da obra ou do serviço objeto da contratação, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração;

18.1.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

#### **18.1.2. Referente à Qualificação Técnico-Operacional**

18.1.2.1. Comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente – CREA/CAU, da jurisdição da empresa, comprovando atividade relacionada com o objeto licitado, conforme art. 30, inc. I da Lei 8.666/93;

18.1.2.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da contratação, bem como, da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 30, inc. II, Lei nº 8.666/93);

18.1.2.3. Com fulcro no § 1º, c/c os §§ 2º e 5º, art. 30 da Lei nº 8.666/93, para comprovação da aptidão técnica do profissional de que trata o item 18.1.2.2, a contratada deverá apresentar atestado (s) devidamente registrado (s) na entidade profissional competente – CREA/CAU, da região onde os serviços foram executados, acompanhado (s) da (s) respectiva (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CATs) expedida (s) por aquela entidade, que comprovem que o profissional executou ou esteja executando para pessoa jurídica de direito público (órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal) ou de direito privado, serviços de características similares e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, nos moldes do objeto desta contratação e em conformidade com os Anexos I e II, deste Projeto Básico;

18.1.2.4. As características similares de complexidade tecnológica e operacional de que trata o item 18.1.2.3, devem permitir estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços objetos da contratação e os realizados pela contratada em outras edificações;

18.1.2.5. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação da capacidade técnico-operacional da contratada (TCU: Acórdão nº 1.983/2014-Plenário; Acórdão nº 1.231/2012-Plenário e Acórdão nº 1.890/2006-Plenário);

18.1.2.6. O somatório dos atestados a que se refere o item 18.1.2.5, deverá comprovar a execução concomitante entre os serviços de cada atestado como se de uma única contratação fossem e que demonstrem que há identidade entre o somatório dos objetos de cada atestado e o objeto da contratação ou que tenham sido executados em espaço de tempo tal, entre eles, que possibilite a mesma consideração (Acórdão nº 2.387/2014, Plenário, Rel. Ministro Benjamin Zymler, j. em 10.09.2014);

18.1.2.7. As quantidades a que se refere o item 18.1.2.2, a contratada deverá comprová-las por meio de atestado (s) e da (s) respectiva (s) certidão (ões), que executou serviços relacionados com o objeto da contratação nas quantidades mínimas correspondentes a até 50% das parcelas de maior relevância e valor significativo a seguir descritas, guardada a devida coerência com a dimensão e complexidade que o objeto exige: (Súmula 263/2011 – TCU; Acórdãos 1.284/2.003; 2.088/2004; 2.656/2007; 608/2008; 2.215/2008; 2.147/2009; 1.432/2010, todos Plenário);

**18.1.2.8. Não há na planilha de preços (Anexo II) da contratação, parcelas de maior relevância e valor significativo, portanto, os atestados deverão contemplar todos os serviços constantes da planilha de preços.**

#### **18.2. Critérios de Aceitabilidade de Preços**

18.2.1. **Valor global da contratação: R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais);**

18.2.2. Valores unitários: conforme Planilha de Preços (**Anexo II**);

18.2.3. Será desclassificada a proposta na qual se verifique que qualquer um dos seus preços unitários supera o correspondente preço unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos;

18.2.4. O critério de julgamento da proposta é o de menor preço por item;

18.2.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Projeto Básico.

#### **19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS DE REFERÊNCIAS**

- 19.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)**, constante da Planilha de Preços (**Anexo II**).
- 19.2. Os serviços relacionados na Planilha de Preços serão executados em consonância com as normas técnicas vigentes.
- 19.3. O Decreto 7.983/2013 estabelece regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do Orçamento da União, e dispõe que o custo de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de obras de infraestrutura de transporte<sup>(2)</sup>, será obtido a partir de composições de custos unitários menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi.
- 19.4. Considerando-se que circunstancialmente os serviços a serem orçados não estarão contemplados na referida tabela, o Decreto 7.983/2013 prevê que, no caso de inviabilidade da definição dos custos pelo Sinapi (ou Sicro), poderão ser utilizados dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.
- 19.5. Nesse sentido, para a formação dos preços e elaboração do orçamento de referência dos serviços de que trata este Projeto Básico, foram utilizadas as tabelas referenciais de custos, como SINAPI, SBC/BSA, SEINFRA/CE, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo (SPO) e ORSE/SE, em consonância e seguindo os critérios estabelecidos pelo Acórdão TCU 3.272/2011 – Plenário, disponíveis no Manual de Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU<sup>(3)</sup>, de tal forma que se possibilite alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em consideração os aspectos da economicidade, da eficácia, da eficiência e da padronização.
- 19.6. Complementar e prioritariamente, com fulcro nos Decretos n.º 8189/2014 e 1094/94, e na Lei n.º 8.666/93, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, determinou o procedimento administrativo para a realização de pesquisas de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SIG), por meio de parâmetros da Instrução Normativa n.º 5, de 27 de junho de 2014 e suas alterações. Dentre esses parâmetros, o Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldepreços.planejamento.gov.br> (Inciso I, Art. 2.º, da IN n.º 5/2014). Desta forma, essa foi a metodologia prioritária adotada para as pesquisas desta contratação.

---

(2) O custo de referência dos serviços de obras de infraestrutura de transporte é obtido a partir das composições dos custos unitários da tabela Sicro, cuja manutenção e divulgação é a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

(3) link: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/orientacoes-para-elaboracao-de-planilhas-orcamentarias-de-obras-publicas.htm>

## 20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 Os recursos para cobertura das despesas decorrentes do objeto deste Projeto Básico, serão provenientes do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do Ministério da Educação, **elemento de despesa 33.90.39**.

## 21. GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS

21.1. A garantia dos serviços consiste na prestação pela empresa Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei n.º 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor e suas alterações.

21.2. O registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nos devidos Conselhos define, para os efeitos legais, os Responsáveis Técnicos pela execução dos projetos, das obras e dos serviços de engenharia, sendo a última condição o objeto desta contratação. No que diz respeito ao profissional, esta é a garantia de que o projeto ou a obra ou o serviço estão sendo realizados por profissionais registrados e habilitados para essas atividades, conforme indicado no art. 2.º da Lei 6.496/1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART na prestação de serviços de engenharia.

21.3. Quanto ao autor do projeto, no caso em que se aplicar, sua responsabilidade administrativa perante o Poder Público cessa com a aprovação de seu trabalho, mormente a imposição de modificações do projeto originário em ajuste às exigências técnicas e legais da obra projetada, do qual tem a obrigação de realizar as adaptações necessárias à aprovação, sem o que não se considera concluído o projeto e findos os seus encargos profissionais perante o proprietário da obra, não se admitindo, do ponto de vista ético, que outro profissional passe a alterar o projeto alheio, sem a autorização do autor <sup>(4)</sup>.

21.4. A garantia da execução dos demais serviços do objeto da contratação deverá atender ao estipulado na legislação vigente a contar do Termo de Recebimento Definitivo.

---

(4) Hely Lopes Meireles (1996).

## 22. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1. Quaisquer etapas dos serviços involuntariamente não explicitadas neste Projeto Básico, mas necessárias à execução total dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.
- 22.2. Consultas a respeito deste Projeto Básico poderão ser formuladas pelo correio eletrônico institucional [dicorp@mec.gov.br](mailto:dicorp@mec.gov.br), subsidiada pelo setor técnico demandante.
- 22.3. A simples apresentação de proposta indica, e fica assim entendido, que a empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- 22.4. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explicitados neste Projeto Básico, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento serão de responsabilidade da Contratada.
- 22.5. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente Projeto Básico é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Souza Filho, Servidor(a)**, em 27/10/2020, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Clemente Pires Ferreira, Servidor(a)**, em 29/10/2020, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ronaldo dos Santos, Servidor(a)**, em 05/11/2020, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2308934** e o código CRC **EC712B24**.

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Caderno de Especificações Técnicas;
- Anexo II – Planilha de Preços e Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo III – Planilha de Composição de BDI;
- Anexo IV – Tabela 1A – Comparativo de Preços;
- Anexo V – Tabela 1B – Comparativo de Preços;
- Anexo VI – Pesquisas Paineis de Preços – Elev;
- Anexo VII – Pesquisa mercadológica – Elev;
- Anexo VIII - Propostas elevadores;
- Anexo IX – Modelo de Ordem de Serviço;
- Anexo X – Modelo de Declaração de Vistoria;
- Anexo XI – Declaração de parentesco;
- Anexo XII – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo.